Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre

Eduardo Georjão Fernandes¹

Gabriel Guerra Câmara²

Resumo

O trabalho apresenta como tema o policiamento a eventos de protesto no Brasil. Especificamente, questiona: quais os repertórios utilizados pelo aparato policial durante o ciclo de protestos de 2013? Qual(is) o(s) modelo(s) de policiamento colocados em ação? A necessidade do estudo justifica-se pela ausência de um campo de estudos consolidado no País sobre policiamento a protestos; por outro turno, há diversos estudos de âmbito internacional que tratam dessa temática. Metodologicamente, analisou o caso do policiamento aos protestos de Porto Alegre no ciclo de manifestações de 2013. Foram analisadas notícias do jornal Zero Hora e realizadas entrevistas com agentes policiais. Identificou-se a diversidade de repertórios policiais e a coexistência de dois modelos principais de policiamento, que se guiam por diferentes critérios de valor a ser protegido no protesto: um baseado na defesa da integridade física dos manifestantes e um segundo pauta-se pela defesa do patrimônio.

Palavras-chave: Policiamento. Repertórios. Ciclo de protestos de 2013.

1 *Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integrante do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (QPACE), da UFRGS, e do Centre on Social Movement Studies (Cosmos), da Scuola Normale Superiore, Itália. E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com.*

2 *Doutorando e Mestre em Sociologia pela UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Magistratura, Sociedade e Política, da UFRGS, e do Grupo de Pesquisa Social Movements in the Global Age (SMAAG), da Université Catholique de Louvain, Bélgica. E-mail: gabrielgecamara@gmail.com.*

Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central produzir uma reflexão acerca da(s) forma(s) como o policiamento, no Brasil, tem atuado diante de eventos de protesto. No estudo dessa temática é possível identificar duas lacunas teóricas: uma de caráter teórico e outra de âmbito empírico. Em termos teóricos, verifica-se que, no País, abordar o tema da atuação policial em protestos pressupõe, nas ciências sociais, a intersecção de duas grandes áreas de estudo, as quais têm produzido conjuntos distintos de pesquisas: a sociologia da ação coletiva e os estudos de sociologia da violência e sua reflexão sobre a segurança pública. Em virtude de diferentes contextos de formação e das delimitações teórico-metodológicas de cada campo, essas subáreas da sociologia brasileira pouco ou praticamente não dialogaram, verificando-se, hoje, poucos trabalhos que produzem intersecções entre essas duas áreas e temáticas.

Por um lado, os autores dedicados aos estudos da ação coletiva no Brasil tendem a adotar os movimentos sociais como objeto a ser analisado, colocando o foco em questões relacionadas exclusivamente aos atores coletivos e aos agentes sociais, ativistas e militantes, os quais constroem e compõem os movimentos. Esse campo de estudos apresenta uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas que focam, cada uma à sua maneira, diferentes dimensões constituintes da ação coletiva, cada qual apresentando possibilidades e limites analíticos em suas construções teóricas, as quais estão em constantes reformulações no sentido de potencializar sua capacidade de análise do mundo social contemporâneo (ALONSO, 2009), complexo em seu conjunto de mudanças sociais, políticas, culturais.

No Brasil, o campo de estudo da ação coletiva constituiu-se, de forma mais ampla, no período de redemocratização, no curso dos anos 1980 e início dos anos 1990. À época, a principal referência teórica era a sociologia de Touraine para explicação do surgimento dos “novos” movimentos sociais. Essa perspectiva, definida como teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), atribui relevância às demandas simbólicas em torno da ação coletiva, com ênfase em questões de identidade e reconhecimento. Além de Touraine, destaca-se a apropriação de ideias de autores como Habermas e Melucci (ALONSO, 2009). Depois de um período de relativa baixa na

produção teórica sobre movimentos sociais no Brasil entre os anos 1990 e 2000 (dado o caráter secundário que os processos de mobilização assumiram em relação aos temas da institucionalização de demandas sociais e da consolidação da democracia), recentemente presencia-se a retomada de estudos sobre a ação coletiva. Principalmente a partir do ciclo de protestos de 2013, presencia-se o retorno do interesse pelos movimentos sociais, empírica e teoricamente.

Atualmente, esse campo no Brasil tem produzido uma série de pesquisas fundamentadas na Teoria do Processo Político (TPP), a qual se centra tanto na explicação de processos macropolíticos quanto nos aspectos culturais da ação coletiva. A TPP de forma contemporânea articula-se em torno da perspectiva da *contentious politics* (SILVA, 2010). Mesmo que tenha com princípio analítico a “indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política por fora das (e, por vezes, contra as) instituições” (SILVA, 2010, p. 5), ao tomar os movimentos sociais e/ou ativistas e militantes como objeto, as análises por ela orientadas acabam por desconsiderar a influência da ação policial (dimensão da política institucional) no próprio desenvolvimento e consecução das ações coletivas no espaço público (dimensão da conflitualidade social e política).

Assim, com exceção de determinados estudos,³ as pesquisas em movimentos sociais no Brasil tendem a adotar a polícia como ator secundário ao confronto político, sendo esta pensada unicamente como a instituição responsável pela repressão social. A interação e as avaliações dos limites e oportunidades políticas para a ação coletiva entre manifestantes e policiais apenas emerge como questão relevante em situações pontuais, como em casos de repressão, quando a literatura, de modo geral, trata do(s) processo(s) de criminalização de movimentos sociais sem, contudo, apontar analiticamente elementos que explicitem as complexas dinâmicas envolvidas na interação entre policiamento e ações de contestação. A expressão “criminalização dos movimentos sociais”, não raro, é mobilizada

3 O estudo de Ondetti (2006) sobre os impactos da interação entre a polícia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um exemplo dentre essas exceções. Ao demonstrar que ações repressivas específicas contribuíram para o aumento dos protestos o autor posiciona seu foco sobre o policiamento e explica como este não necessariamente aumenta os custos da ação coletiva, mas em determinadas circunstâncias contribui para a amplificação de ações contestatórias.

mais como uma categoria do discurso militante do que necessariamente como categoria analítica (de capacidade explicativa) acerca das dinâmicas, influências e consequências recíprocas que estão presentes na relação das polícias com manifestantes em eventos de protesto.

Ao mesmo tempo, a sociologia da violência no Brasil conforma como objeto de análise, em um primeiro momento, o próprio fenômeno da violência brasileira como uma violência caracterizada e formatada por processos sociais e históricos *sui generis* da sociedade nacional (PINHEIRO, 1991). Posteriormente, com a concretização da abertura política, uma discussão sobre os formatos institucionais da segurança pública no País, voltada a uma análise da instituição policial, ganha corpo (PINHEIRO, 1997).

O diagnóstico da literatura que analisa a polícia brasileira é marcado por uma verificação da reprodução, por parte dessa instituição, dos métodos de ação e da cultura institucional vinculadas ao período da ditadura, período que seria a expressão no âmbito do Estado, segundo Pinheiro (1997), das relações de poder e violência que perpassariam a sociedade brasileira ao longo de sua história. Nesse sentido, a instituição policial se torna o foco de análise dos sociólogos da violência brasileiros, que demonstram como essa instituição possui uma série de características, como culturas institucionais próprias (SANTOS, 2009), hierarquias legais – entre oficiais e praças, por exemplo – que se transfiguram em delimitações nas relações sociais também no nível simbólico, e que demarcam fronteiras de relacionamento, por exemplo, entre os próprios agentes policiais, produzindo espaços separados de socialização no interior da mesma instituição. Ainda, estão presentes nessas instituições interpretações variadas (em disputa) da realidade social, que podem vir a produzir disputas políticas no interior da própria instituição; ainda, embora não esgotando a discussão, esses autores apresentam dimensões do trabalho policial que estão ligadas a dinâmicas que a polícia estabelece com a sociedade em virtude de seu poder discricionário, e que vão além das orientações legais do Estado, dificultando a fiscalização e o controle do trabalho da polícia (SANTOS, 2009).

Entretanto, mesmo com a produção dessa rica caracterização sociológica acerca da polícia, a literatura não analisou as relações que existem entre essas dimensões e sua influência no policiamento a protestos no

Brasil. Partimos, então, da premissa de que, por um lado, as ações coletivas, em especial os eventos de protesto, impactam os métodos de ação policial adotados; por outro lado, a polícia, ao colocar em prática esses métodos, influencia os movimentos sociais a elaborar estratégias que levem em conta a ação policial como um elemento presente nos momentos de sua atuação. Trata-se do estabelecimento de influências recíprocas entre ambos agentes sociais em interação. Tal constatação não afasta o fato de que outros atores e grupos sociais (governantes, veículos midiáticos, judiciário, etc.) possuem papel relevante na configuração das dinâmicas entre contestação e policiamento.

Assim, em âmbito teórico, não há no Brasil um conjunto expressivo de pesquisas com força para constituir um campo de debates articulado entre a sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva e a sociologia da violência, a qual engloba os temas da segurança pública e do policiamento. Não são encontrados no País, por exemplo, grandes congressos de ciências sociais nos quais grupos de trabalhos (GTs) produzam essa intersecção (pelo contrário: há espaços separados para cada uma das grandes áreas aqui tratadas).

Essa constatação parece estar entrelaçada a uma lacuna de ordem empírica: assume-se, neste ponto, a hipótese de que, assim como não há um campo de estudos consolidado no Brasil sobre policiamento a protestos, não se desenvolveu, historicamente, nas instituições policiais do Brasil, um modelo de atuação específico para o acompanhamento a ações de movimentos sociais. Se, por um lado, podem ser apontadas características de atuação policial brasileira no enfrentamento a crimes “individuais” (mesmo que algumas características, como a seletividade sobre a população jovem, pobre e negra como objeto da ação policial, demonstrem fragilidades na consolidação de um modelo democrático na gestão da violência), no caso da relação da polícia com movimentos sociais sequer pode ser apontado, *a priori*, qualquer modelo de atuação que informe o presente estudo.

Por outro lado, no contexto internacional, há uma série de estudos, principalmente entre autores europeus e estadunidenses, que tratam do policiamento a eventos de protesto, conforme se verificará nas seções seguintes. Diante desse contexto, e levando em consideração a hipótese de que as lacunas teórica e empírica referidas estão mutuamente implicadas,

demonstra-se a necessidade de desenvolvimento dessa área de estudos a partir da realidade e da complexidade social brasileira. Para tanto, adota-se como objeto empírico a atuação policial da Brigada Militar (BM)⁴ durante o ciclo de protestos de junho de 2013 na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa é guiada pelos seguintes questionamentos: quais os repertórios utilizados pelo aparato policial durante o ciclo de protestos de 2013 em Porto Alegre? Qual(is) o(s) modelo(s) de policiamento a protesto colocados em ação nesse contexto?

Metodologicamente, para o desenvolvimento do trabalho, é apresentada, em um primeiro momento, uma revisão da literatura dos estudos europeus e estadunidenses sobre policiamento a protestos. Atribui-se relevância para a discussão (consolidada entre autores vinculados à TPP) em torno dos conceitos de repressão e de repertórios policiais. A seguir, relacionado aos repertórios, mas em um nível de abstração superior, demonstra-se um conjunto de tipologias da ação policial na administração de eventos de protesto.

Posteriormente, é analisado mais detidamente o caso do policiamento aos protestos ocorridos em Porto Alegre durante o ciclo de protestos de 2013. Para tanto, foram analisadas notícias do jornal Zero Hora na cobertura aos eventos.

Zero Hora é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido à sua estrutura e à sua longevidade. O Grupo RBS “[...] forma o maior grupo do setor de comunicações do país, fora do Eixo Rio-São Paulo” (BIZ, 2003, p. 31) e atualmente é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais. Nacionalmente, o Grupo RBS é afiliado à Rede Globo, considerada o “maior conglomerado empresarial da América Latina” (BIZ, 2003, p. 31). A justificativa para escolha do veículo decorre de sua representatividade em termos de número de leitores. Tal opção implica consequências de viés, dado que o conteúdo do jornal é direcionado majoritariamente para as classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. Assim, ideologicamente a cobertura do jornal tende a se direcionar para esse público.⁵

4 Denominação institucional da polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

5 Para mais detalhes sobre as características do Jornal Zero Hora, ver: Fernandes, 2016.

Ainda, foi realizada entrevista com o Comandante-Geral da BM do Rio Grande do Sul à época, Coronel Fábio Duarte Fernandes.⁶ Esse segundo momento metodológico, de análise qualitativa do conteúdo, busca mapear quais os repertórios utilizados pelo policiamento durante os atos e qual(ais) o(s) modelo(s) de policiamento que fundamenta(m) a escolha pelos referidos repertórios.

Revisão dos estudos sobre policiamento a protestos

As revisões da literatura produzidas por Earl (2003, 2011) apresentam o estado da arte no estudo da temática. De modo geral, os estudos internacionais que se centram nas interações entre policiamento e ação coletiva são amplos e variados, havendo um avanço considerável nos últimos 30 anos. Ainda assim, identificam-se lacunas teóricas, como aquelas geradas pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação, com o desenvolvimento de dinâmicas *online* tanto de mobilização quanto de controle (EARL, 2011).

Muitos estudos tratam das ações policiais como variáveis dependentes, buscando-se explicar por que os graus e os tipos de repressão variam no tempo, conforme se modificam as condições de determinado contexto. Essa espécie de pesquisa predomina na literatura. Outros estudos tratam a ação policial como variável independente, considerando-se a repressão uma importante chave-interpretativa para a explicação dos processos de mobilização. Nesse último caso, trata-se de entender quais as consequências que a atuação policial produz (EARL, 2011).

Especificamente para os fins deste trabalho, diante da amplitude da temática, serão delimitados conceitos operacionais e abordagens teóricas consideradas relevantes no debate internacional. Serão apresentadas, em síntese, três dimensões analíticas presentes nessa literatura: repertórios policiais, tipologias da ação policial e abordagens explicativas da interação entre policiamento e mobilizações.

⁶ A entrevista foi conduzida por um dos autores deste artigo no ano de 2015.

Para além da repressão: repertórios policiais

Os estudos sobre a atuação policial em protestos de mobilização tratam do conceito de “repressão”. Uma definição para esse conceito pode ser encontrada em Stockdill (1996, tradução nossa). Segundo o autor, repressiva é “[...] qualquer ação adotada por autoridades para impedir a mobilização, molestar e intimidar ativistas, dividir organizações, e fisicamente atacar, prender, aprisionar, e/ou matar participantes de um movimento.” Tilly, por sua vez, apresenta, para o termo “repressão”, uma definição mais ampla: “[...] qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor.” (TILLY, 1978, tradução nossa). O mérito da conceituação de Tilly é que ela não se restringe a ações levadas a cabo por autoridades, nem a ações (físicas) visíveis, centrando-se em atos que geram dificuldades para a efetivação de mobilizações.

Buscando um conceito que não seja tão restrito quando o de Stockdill nem tão amplo quanto o de Tilly, Earl propõe a seguinte definição:

Por ora eu adoto uma relativamente ampla (mas ainda bastante consensual) abordagem e defino repressão como uma ação estatal ou privada dirigida a prevenir, controlar ou constranger a ação coletiva não institucional (exemplo: protesto), incluindo sua iniciação. (EARL, 2011, p. 263, tradução nossa).

Embora o conceito de “repressão” seja de uso comum na literatura pesquisada, entendemos que este não é o conceito mais apropriado para abordar as relações entre ação policial e mobilizações. Isso porque, quando se fala em “repressão” (no sentido de prevenção, controle ou constrangimento da ação coletiva, conforme a definição de Earl), pressupõe-se que a ação policial visa, necessariamente, dificultar a concretização da ação coletiva (“aumentar os custos” da mobilização, nos termos de Tilly). Porém, a despeito de essa relação conflitiva entre policiamento e mobilizações ser um fenômeno recorrente (principalmente em países que tiveram sua história recente marcada por regimes autoritários e ditatoriais, como é o caso do Brasil), entendemos que não se pode estabelecer, *a priori*, que a ação policial aumenta os custos da ação coletiva. Além de alguns trabalhos demonstrarem que o policiamento pode tanto arrefecer quanto estimular a ocorrência e o aumento de protestos (ALMEIDA, 2003, 2008; JENKINS;

SCHOCK, 2004; ONDETTI, 2006; WHITE, 1989), contextos democráticos favorecem ações policiais que, ao menos em tese, não buscam dificultar a mobilização, mas sim garantir sua ocorrência. Vislumbrar as instituições policiais como opostas a ativistas pode colocar os atores em posições estanques e, assim, impedir que o pesquisador identifique elementos analíticos que questionem/complexifiquem tal polarização.

Como resultado da opção por não se operacionalizar o conceito de repressão, torna-se necessário adotar outro conceito para que se trata das ações policiais. É possível, para tanto, recorrer à própria literatura de movimentos sociais e ao conceito de “repertório”. Ao estudar as diversas formas como os atores sociais organizam-se e se manifestam publicamente, Tilly (1978) identificou formas consolidadas (padrões) de concretização da ação coletiva. Segundo Hill e Rotchild:

Os indivíduos, baseados em períodos passados de conflito com um grupo particular ou com o governo, constroem um protótipo de protesto ou tumulto que descreve o que fazer em circunstâncias particulares e também oferece uma base lógica para esta ação. (HILL; ROTCHILD, 1992, p. 192).

Embora a ideia de repertórios tenha sido formulada para estudo dos padrões de ativismo, entendemos que ela pode ser também aplicada para as ações policiais. Assim como os atores engajados em ações coletivas desenvolvem “protótipos” de atuação (visando que a adoção desses modelos atinja os fins do movimento), as instituições policiais igualmente constroem repertórios específicos de interação com os movimentos sociais. Assim, a opção por determinados tipos de ação (exemplo: uso de bombas de efeito moral, prisão de manifestantes) constitui repertórios, que serão adotados preferencialmente em relação a outras ações possíveis, a depender do contexto das mobilizações. As forças policiais dispõem, assim como os ativistas, de um “catálogo” de ações a serem tomadas. Portanto, neste estudo, quando se trata das diversas ações levadas a cabo pelas forças de policiamento, trabalha-se com o conceito de repertórios policiais.

As tipologias da ação policial

Enquanto os repertórios abordam as ações específicas levadas a cabo pelas instituições policiais em processos de mobilização, pode-se dizer que

o conjunto da utilização de determinados repertórios, no curso do tempo, produz determinados modelos (tipologias) de atuação policial. Ou seja, enquanto os repertórios tratam dos instrumentos de ação utilizados, as tipologias representam padrões mais amplos de atuação policial. As experiências já produzidas nesse campo possibilitaram que, internacionalmente, órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) estipulassem diretrizes sobre os modelos de policiamento do espaço urbano a serem seguidos.⁷

Para tratar das formas como são desenvolvidas as ações de contenção às mobilizações, autores têm proposto diferentes tipologias da repressão. A maior parte dessas tipologias centra-se na severidade da atuação repressiva (de modo a distinguir ações de traços autoritários daquelas mais vinculadas a valores democráticos). Destaca-se, dentre tais tipologias, a proposta de Della Porta, que estabelece cinco dimensões para análise do grau de severidade do policiamento. No entender de Della Porta (1996), o policiamento a mobilizações pode ser: 1. Repressivo (*repressive*) x tolerante (*tolerant*) (a depender de quais práticas são toleradas); 2. Seletivo (*selective*) x difuso (*diffuse*) (restrito a grupos específicos ou aplicado de forma ampla); 3. Preventivo (*preventive*) x reativo (*reactive*) (ações prévias ou simplesmente reativas a situações de mobilização); 4. Duro (*hard*) x suave (*soft*) (quanto ao grau de uso da força); 5. “Sujo” (*dirty*) x lícito (*lawful*) (ações cometidas ilicitamente ou dentro dos parâmetros legais).

O conceito de “estilo de policiamento a protestos” (*protest policing style*) é desenvolvido por Della Porta e Fillieule (2004) para compreensão das táticas, estratégias e modelos utilizados por instituições de policiamento em mobilizações sociais. Ao estudar protestos na Europa e nos Estados Unidos, Della Porta e Fillieule (2004) descrevem uma tendência, a partir da década de 1980, de desenvolvimento de estratégias menos repressoras e mais fundamentadas na negociação com ativistas. Tal diretriz é concretizada por espécies de “sistemas de gestão da ordem pública” (*public order management systems* – PMOS), baseados na padronização de protestos e na diminuição da probabilidade de ocorrência de situações não previstas pelo policiamento.

7 Para saber mais, ver: UN NEWS (2016).

Enquanto determinadas tipologias centram-se no grau de severidade da ação policial, outras classificações buscam identificar as características das dinâmicas dos diferentes tipos de repressão. A tipologia apresentada por Earl (2003) é um exemplo paradigmático dessa espécie de procedimento analítico. A autora entende que ações repressivas podem ser categorizadas segundo os seguintes critérios: 1. Identidade do agente repressivo (agentes do Estado fortemente conectados às elites políticas nacionais; agentes do Estado pouco conectados às elites nacionais; agentes privados); 2. Caráter da ação repressiva (coerção física; canalização da repressão por meios não fisicamente coercivos – exemplo: restrições legais); 3. Se a ação repressiva é observável ou não (observável; não observável).

Esses são alguns exemplos dentre várias tipologias já formuladas por diferentes autores dedicados ao estudo da ação policial em eventos de protesto. No presente trabalho, não se adotará, como ponto de partida, uma tipologia *a priori*, mas se identificará quais os repertórios utilizados no caso estudado.

Dinâmicas de mobilização: abordagens explicativas da interação entre policiamento e mobilizações

Além de analisar os modelos de atuação policial, a literatura internacional tem se debruçado sobre as formas como as instituições policiais interagem com os demais atores em processos de mobilização. Isso porque, segundo estudos, o policiamento tanto é influenciado pela interação com outros elementos (características dos manifestantes, contexto macropolítico) quanto produz efeitos sobre a ação dos atores sociais (exemplo: em determinadas situações, repertórios policiais podem gerar o arrefecimento de ciclos de protesto).

Earl (2003) constrói um mapeamento dos casos de repressão já estudados pela literatura. Esse mapeamento constitui importante instrumento para revisões teóricas do campo de estudos de policiamento a mobilizações. Para além dos tipos de repressão, a autora identifica as diferentes abordagens teóricas de explicação das dinâmicas de repressão às ações coletivas: 1. Ameaça; 2. Fragilidade; 3. Ameaça e fragilidade; 4. Oportunidades políticas; 5. Outras abordagens relacionadas ao tempo; 6. Características dos órgãos de segurança pública.

A abordagem da ameaça teoriza que quanto maior for o grau de ameaça de determinado grupo às elites políticas, maior a probabilidade e a força da repressão. Nesse sentido, grupos com objetivos e/ou repertórios radicais seriam identificados como ameaçadores e, por isso, teriam sua ação dificultada pelas agências repressivas (MCADAM, 1982; BROMLEY; SHUPE, 1983).

Outro grupo de autores entende ser a fragilidade de determinado grupo ponto central para determinar o grau repressão, pois os detentores do poder não estariam dispostos a assumir as consequências de tentativas frustradas de repressão. Por isso, grupos mais frágeis (como minorias étnicas e classes populares) seriam um objeto preferencial de repressão – dado que sua capacidade de resistência é baixa (GAMSON, [1975] 1990; PIVEN; CLOWARD, 1977).

Há autores ainda que aliam as categorias de ameaça e fragilidade, afirmando que a união entre esses dois fatores aumenta a possibilidade de repressão. Assim, quanto mais ameaçadores e frágeis os atores da ação coletiva, mais facilmente ocorreria repressão (STOCKDILL, 1996). O acompanhamento policial a protestos pacíficos mobilizados por pequenos grupos, por exemplo, pode ser o indício de uma atuação policial que visa o controle de determinados grupos em detrimento da garantia do direito de protestos.

A abordagem que se centra nas oportunidades políticas é representada por uma diversidade de autores (TARROW, 1989; MCADAM; MCCARTH; ZALD, 1996; DELLA PORTA, 1995). Esse conjunto teórico trabalha com a ideia de que a estrutura de oportunidades políticas de determinado contexto influi na possibilidade e no grau de repressão. Assim, em momentos de maior abertura política (exemplo: governos que se caracterizam pela defesa de direitos civis), haveria um contexto favorável para a ação coletiva. Por outro turno, quando as oportunidades de contestação decrescem (como no caso da eleição de governos que prezam por uma lógica de lei e ordem), aumentaria a força das agências repressivas (DELLA PORTA, 1995). Essa abordagem pode ser operacionalizada para a explicação das variações no grau de repressão em diferentes momentos de um ciclo de protestos.

Outras abordagens relacionadas ao tempo buscam entender as dinâmicas repressivas no curso de ciclos de protestos. Esse é o caso da teoria da contraestratégia (KARSTEDT-HENKE, 1980), a qual afirma que ao início de uma onda de protestos a polícia tende a agir de forma exagerada, para posteriormente diminuir a severidade da repressão, até que ao final do ciclo, quando o número de manifestantes é baixo, a atuação policial volta ser incisiva, culminando no fim da onda de protestos. Tal perspectiva considera que as ações policiais dependem, mais que das características de protestantes, do contexto político ou das instituições policiais, das diferentes fases de um ciclo de protestos, havendo uma tendência à consolidação de estratégias de policiamento específicas para cada fase.

Já os autores que tomam como ponto central as características dos órgãos de segurança pública buscam analisar as configurações das instituições de polícia do contexto em que a ação coletiva ocorre. Earl e Soule (2006), por exemplo, desenvolvem um modelo centrado na polícia para identificar como determinadas características de agências policiais (grau de profissionalismo, montante de recursos financeiros, etc.) afetam o policiamento a protesto. Tais características tendem a configurar, a longo prazo, culturas policiais, de modo que forças policiais que, por exemplo, historicamente atuam de forma repressiva tendem a reproduzir essa lógica na relação com movimentos sociais (STOCKDILL, 1996).

Assim como no caso das tipologias da ação policial, não se assume *a priori* no caso do Brasil e especificamente de Porto Alegre a prevalência de um das teorias explicativas da interação entre policiamento e protestos.

O ciclo de manifestações de 2013: contextos e interações

As manifestações ocorridas no curso de 2013, com ápice no mês de junho, no Brasil, constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido pela literatura (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Ao longo de todo o mês de junho (e posteriormente, em menor escala, em julho) foram realizados inúmeros protestos, motivo pelo qual os meios de comunicação e a literatura científica adotaram nomenclaturas específicas para tratar desse período de mobilizações. Entre as denominações prevalentes, destacam-se os termos “jornadas de junho” (SECCO, 2013), “onda

de manifestações” e “primavera de junho”. Neste trabalho, opta-se pela utilização da expressão “ciclo de manifestações” ou “ciclo de protestos”, para caracterização do conjunto de eventos ocorridos em 2013 no Brasil.⁸ Independentemente da nomenclatura adotada, porém, as pesquisas já publicadas sobre esse recente fenômeno abordam diversos temas, como os processos de engajamento e organização dos atores das manifestações (SILVA, 2014), a conjuntura socioeconômica que permitiu a eclosão dos protestos (ŽIŽEK, 2013), os conflitos violentos ocorridos entre manifestantes e policiais (SANTOS; TEIXEIRA, 2014) e o papel desempenhado pelas mídias na cobertura aos atos (LIMA, 2013). As manifestações, vinculadas (ao menos inicialmente) à questão do valor da tarifa de transporte público, caracterizaram-se por novidades em relação a manifestações anteriores no Brasil, como o protagonismo de coletivos organizados sob a lógica da “horizontalidade”, caso do Bloco de Luta pelo Transporte Público em Porto Alegre, e a heterogeneidade de demandas, com a mobilização de diversos atores no curso do mês junho e com a inserção de reivindicações não necessariamente ligadas ao transporte público – e inclusive ideologicamente contraditórias entre si (ROLNIK, 2013).

Nas manifestações de Porto Alegre, um dos temas centrais decorrentes dos protestos, assim como em outras capitais do País, consistiu na existência de tensões entre ativistas e o aparato policial. Embora o repertório central utilizado por ativistas, no curso das manifestações, tenha sido a realização de passeatas, foram registradas situações de utilização de repertórios de confronto (TARROW, 2009; DELLA PORTA, 2008), com a produção de danos a patrimônios públicos e privados (principalmente o ataque a instituições consideradas simbólicas do “capitalismo global”, como bancos e multinacionais) por indivíduos identificados pelo uso das táticas *Black Blocs*. Por outro lado, a atuação policial no acompanhamento aos protestos foi caracterizada pela utilização de instrumentos de dispersão, como bombas de efeito moral e balas de borracha.

8 O “ciclo” é entendido como “[...] uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades.” (TARROW, 2009, p. 182).

Para análise do policiamento aos protestos do ciclo de manifestações de 2013, foram selecionadas notícias de cobertura a todos os eventos de protesto ocorridos em junho (dias 13, 17, 20, 24, e 27 daquele mês), em Porto Alegre. O veículo midiático selecionado foi Zero Hora, dada sua relevância, já ressaltada na introdução, como meio de comunicação em Porto Alegre⁹. Foram analisadas as notícias cujo conteúdo consistiu na descrição das dinâmicas de interação entre manifestantes e aparato policial durante os eventos. Ainda, adota-se como fonte a entrevista realizada com o Comandante-geral da BM Coronel Fábio Duarte Fernandes por um dos autores deste trabalho em 2015.

Para análise dos dados, foi realizada análise de conteúdo (BARDIN, 2010) das notícias e da entrevista. Para tanto, foi utilizado o *software* de pesquisa NVIVO. Buscou-se categorizar os repertórios policiais identificados para, em seguida, proceder-se à categorização dos modelos que orientaram as estratégias de administração policial no ciclo de protestos.

Protesto de 13 de junho

No dia 14 de junho, Zero Hora publicou notícia intitulada “Atos de vandalismo”. No texto, o jornal relata as interações ocorridas entre manifestantes e policiais. Segundo a versão do veículo, “a BM estava orientada a só acompanhar o protesto”, mas teve uma “mudança de postura” no curso do evento, devido à queima de um contêiner por parte de ativistas. Para conter atos de depredação, a polícia utilizou bombas de gás lacrimogêneo. Como resultado da ação, foram realizadas 23 prisões (18 homens e 5 mulheres), embora não tenham sido registrados, segundo Zero Hora, feridos graves.

O Jornal, ademais, publicou fala de Silanus de Oliveira Mello, subcomandante geral da BM à época:

“A orientação era a mesma de sempre: acompanhar o protesto para garantir a segurança das pessoas poderem se manifestar democraticamente. Isso desde que não tenha nenhum tipo de depredação. Foram virados lixos e arremessados objetos contra a tropa e o resultado foram 23 presos.”

9 Conscientes da presença de orientações e visões de mundo que balizam a construção das notícias desse veículo de comunicação específico, opta-se pela utilização das notícias como fonte primária, não sendo analisado, aqui, o processo de construção da notícia. Para uma discussão desse processo, ver Fernandes (2016).

Ainda, a notícia informa que a atuação policial em protestos de outras cidades do Brasil teve resultados mais destacados. Na cidade de São Paulo, na mesma data, foram registradas 55 pessoas feridas e 192 presas. No Rio de Janeiro, a polícia atuou com a utilização de bombas de gás lacrimogêneo e, também, de balas de borracha.

Protesto de 17 de junho

Quanto ao protesto de 17 de junho, Zero Hora publicou a notícia “Convulsão na capital: da paz à guerra”. A narrativa é semelhante à do dia 13: ao início do protesto, “a Brigada Militar acompanhava tudo à distância”. Em determinado momento, um grupo de manifestantes, segundo o Jornal, começou a praticar atos classificados como “vandalismo” (depredações). Quando um grupo de ativistas atacou uma revenda de bicicletas, a BM interferiu. Nas palavras do Jornal, houve “bombas de gás lacrimogêneo, pânico, correria, choro e 38 prisões de ativistas”.

Diferentemente do protesto de 13 de junho, a ação da polícia foi qualificada pelo veículo como “violenta”. O número de manifestantes presos entre um protesto e outro sofreu considerável aumento (de 23 para 38), embora os repertórios policiais (uso de bombas de gás lacrimogêneo e prisões) tenham sido os mesmos em ambos os eventos. Ainda assim, a narrativa do jornal enfatizou a maior intensidade do confronto entre manifestantes e policiais no dia 17, qualificando a situação como “batalha campal”.

Para explicitar a diretriz adotada pela Polícia Militar durante o protesto, Zero Hora publicou a versão dos fatos narrada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT): “Tarso justificou a atuação da polícia gaúcha, afirmando que a PM teve de reagir. A orientação, segundo ele, era defender a integridade física das pessoas. Segundo ele eventuais excessos serão investigados”.

Assim como o subcomandante geral da BM no protesto anterior, o governador destacou a finalidade de garantir a segurança/integridade física dos manifestantes. A ocorrência de atos entendidos como “violentos” por parte da polícia é interpretada como reação às depredações perpetradas por ativistas.

Protesto de 20 de junho

O protesto de 20 de junho foi descrito por Zero Hora em duas notícias: “Em Porto Alegre milhares sob chuva e frio” e “Confronto, depredação, saque: a violência se repete”. A primeira relata um momento da passeata entendido como “pacífico”, e a segunda narra a situação entendida como “confronto” entre manifestantes e policiais.

Desde o início do protesto, porém, o jornal narrou situações de tensão entre ativistas e aparato policial, como o arremesso de objetos em guardas municipais ainda durante a concentração para a passeata. Por outro lado, o jornal destaca um repertório policial não identificado em protestos anteriores: a entrega de folhetos informativos. Segundo Zero Hora, “Policiais militares circulavam entre as pessoas, pedindo paz e entregando folhetos dirigidos aos ‘prezados manifestantes’”.

O “confronto” iniciou-se “quando a BM empurrou os manifestantes para longe da Avenida Ipiranga”, local onde está sediado o Grupo RBS. A sede do grupo teria sido identificada como possível alvo para depredações. A partir de então, “Manifestantes atiraram coquetel *molotov* e pedras contra os PMs. Os policiais reprimiram a multidão com bombas de gás lacrimogêneo e outras armas de efeito moral.”

A justificativa para a utilização de armamento de efeito moral foi, no ato de 20 de junho, vinculada à defesa das pessoas que trabalhavam no prédio do Grupo RBS. Tal justificativa foi apresentada pelo porta-voz e chefe do setor de Comunicação Social da BM, tenente-coronel Eviltom Pereira Diaz: “Sabemos que cerca de 200 pessoas estavam trabalhando no prédio na hora das manifestações, assim como em outros meios de comunicação. Temos de proteger essas pessoas. É nossa prioridade preservar vidas.” No mesmo sentido posicionou-se o então governador Tarso Genro: “A Brigada vai proteger, sem discriminação, sempre que houver ameaça. Vai proteger o Correio do Povo, a Zero Hora, a sede do PSOL, do PMDB ou de qualquer partido que venha a ser ameaçado”.

Ao mesmo tempo em que se reafirma a diretriz de proteção de vidas (assim como ocorrera nos atos de 13 e 17 de junho), explicita-se a intollerância a atos de dano a patrimônios: “Não vamos tolerar depredação,

principalmente se já soubermos onde e quando ele está programado para acontecer.”, afirmou Eviltom.

Protesto de 24 de junho

No dia 24 de junho, a notícia “Estratégia: BM estuda formas de conter o vandalismo” debateu especificamente as estratégias utilizadas pela PM no acompanhamento aos protestos de junho de 2013, em Porto Alegre. Segundo o jornal, o objetivo de “[...] impedir ataques a alvos previamente definidos pelos grupos mais radicais” estaria sendo cumprido, restando “traçar uma tática que evite ou amenize o quebra-quebra”.

Entre as iniciativas projetadas para o protesto daquele dia, estaria a ampliação no número de policiais (civis e militares) e a utilização de serviços de inteligência (os denominados “P2”), os quais estariam “monitorando passos de quem considera os fomentadores da violência. Fotos, nomes, dados pessoais são catalogados, além de rastreamento de diálogos e mensagens por meio de redes sociais”. Segundo tal mapeamento, os atores que estariam causando danos a patrimônios seriam divididos, nas palavras do tenente-coronel Altemir, em dois tipos: aqueles que depredam por “má índole” e os “criminosos comuns”. A utilização desse repertório (serviços de inteligência) não havia sido identificada nos protestos anteriores.

Ainda na notícia, o jornal referiu que “segundo a Corregedoria da BM, nenhuma queixa havia sido registrada por suposto abuso de autoridade” e descreve as diferenças nos modos de funcionamento de armas “menos letais”¹⁰ utilizadas para dispersão de multidões: bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta.

Quanto ao protesto, o Jornal descreveu o evento em diferentes atos, na notícia “Ato 1 – O começo em paz; Ato 2 – A caminhada; Ato 3 – O vandalismo; Ato 4 – O confronto”. Novamente, foi identificada tensão entre manifestantes e policiais, com ativistas bradando pelo “fim da polícia militar”. Foram narrados, ademais, atos de “saques” e “depredações” por parte

10 Utiliza-se aqui a nomenclatura de armas “menos letais” (DELLA PORTA; TARROW, 2014) como referência a armas que têm uma capacidade de dano físico diminuída, mas ainda assim apresentam certo grau de letalidade, como bombas de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta e armas taser.

de ativistas; por outro lado, segundo Zero Hora, “[...] as forças de segurança não economizaram em bombas de gás lacrimogêneo”, caracterizando-se, novamente, uma “batalha” durante o protesto.

O Jornal informou que a Brigada Militar “reprimiu severamente”. Em relação aos protestos anteriores, além do uso de bombas de gás lacrimogêneo, foi referido que policiais “teriam disparado tiros de borracha” (armamento não utilizados nos atos anteriores). Um manifestante de 14 anos foi entrevistado e relatou ter sido atingido por duas balas de borracha. Ao total, foram identificados 83 manifestantes detidos (número recorde em relação aos protestos anteriores) e cinco ativistas com ferimentos leves.

Protestos de 27 de junho

A descrição do evento de 27 de junho foi dividida em duas notícias, relativas a distintos momentos do protesto: “Antes da violência: na praça, um começo com flores e serenata” e “Baderna generalizada: arrastões na área central”. Diferentemente dos atos anteriores, os manifestantes não realizaram uma passeata, mas sim uma concentração na Praça da Matriz.¹¹ Com esse formato, a estratégia das forças policiais consistiu em fazer um “cerco” em torno da praça. Ativistas apenas tinham acesso ao local apresentando seus respectivos documentos de identidade para os policiais.

Segundo o Jornal, “[...] o bloqueio levou os manifestantes a gritar palavras de ordem contra o Governador Tarso Genro, pela grande presença de PMs no local. O protesto, aliás, foi convocado “contra a criminalização dos movimentos sociais”. A recorrência da tensão dos manifestantes em relação às forças policiais demonstra a emergência da “criminalização dos movimentos sociais” como pauta dos protestos.

O caráter “pacífico” do evento foi perdido, segundo Zero Hora, quando jovens e adolescentes “[...] tomaram a rua lateral correram até o Palácio da Justiça e começaram a jogar pedras e fogos de artifício nos policiais. Os PMs responderam com gás lacrimogêneo”. O jornal classificou o grupo de jovens como “bundes criminosos”, os quais estariam sendo investigados pelas forças policiais. Com a utilização de bombas de gás lacrimogêneo,

¹¹ Praça localizada no centro da cidade, próxima às sedes dos poderes Executivo e Legislativo estadual.

ocorreu a dispersão do protesto e um novo “confronto” entre ativistas e policiais.

Segundo o Jornal, porém, a ação da Polícia Militar nos eventos de junho foi elogiada pelo então Governador Tarso Genro. Depois de se reunir, durante o ato de 27, com manifestantes que questionaram a atuação da tropa de choque da BM nos protestos, Tarso dirigiu-se à praça da Matriz e cumprimentou a tropa de choque ali presente, dizendo: “Obrigado por terem elevado o Rio Grande do Sul a um patamar muito superior ao de qualquer outro estado da federação. Meus parabéns. Eu vim aqui para aplaudir vocês.”

Por outro turno, também repercutindo a manifestação do dia 27 de junho de 2013, novamente Zero Hora publicou uma notícia específica sobre a atuação policial nos protestos (“Força contestada: avaliada ação da Brigada durante manifestações”), com destaque para a contestação pública aos repertórios policiais utilizados. Consta na notícia que “A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) receberam, pelo menos, 35 registros de suposto abuso policial durante protestos realizados em Porto Alegre desde o dia 17”. A Ouvidoria de Segurança Pública teria recebido 11 registros de denúncia; a Defensoria Pública, 11; a OAB, 10; o Ministério Público, 3. O teor das denúncias referiu-se a “agressões físicas e verbais”, a “excessos durante prisões”, a “acusações falsas atribuídas a manifestantes” e à “falta de identificação dos PMs”. A BM, por seu turno, estava apurando apenas um caso (encaminhado pela Defensoria Pública), não havendo nenhum registro da Corregedoria da Brigada.

Especificamente, o Jornal relatou casos de um estudante que foi preso por estar filmando suposta agressão policial, de um manifestante que sofreu o uso de pistola *taser* e de pessoas que protestavam “pacificamente”, mas foram presas. Segundo Rodrigo Puggina (coordenador-geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB), as forças policiais brasileiras não estariam preparadas para atuar em grandes eventos de protesto: “Lidar com multidões exige preparo. Não sei se alguma polícia do país tem esse preparo. Por exemplo, poderia ser usado jato de água em vez de bombas de gás?”

Modelos em disputa: entre a defesa da vida e a defesa do patrimônio

Pode-se perceber, na análise das notícias, a presença recorrente de um roteiro de interação entre manifestantes e policiais. Em todos os eventos de protesto, foram identificados, por um lado, repertórios de dano ao patrimônio público e privado por ativistas e, por outro, a utilização de instrumentos de dispersão de multidões pela polícia. Segundo Zero Hora, os protestos de forma geral iniciavam-se “pacificamente” e eram dissuadidos no momento em que se estabeleciam dinâmicas de confronto entre manifestantes e policiais.

Especificamente quanto aos repertórios policiais, foi utilizado um conjunto de recursos técnicos tradicionalmente mobilizados em situações que envolvem um grande número de pessoas, como conflitos em estádios de futebol. O desconhecimento de modelos de policiamento direcionados à gestão de eventos de protesto no Brasil, no formato do ciclo de 2013, é expresso na entrevista do Coronel Fábio:

*A dinâmica do movimento era uma dinâmica desconhecida até então pra polícia no Brasil. E aqui no Rio Grande do Sul não era diferente, porque o movimento não tinha uma liderança específica. [...] os sindicatos, os partidos políticos estavam fora, ou pelo menos... não fora, mas eles não tinham identidade. Então isso dificultava muito a relação, porque quando tu tem um sindicato, um partido político ou uma liderança identificada, tu dialoga com aquela liderança e tu sabe... “o movimento vai por aqui...”. Tu pactua... “as ações, o movimento, a marcha, ou a caminhada vai se dirigir por aquela ou tal rua, vai até tal local”, enfim, mas como não tinha isso, *era muito complexo, era muito difícil*. Então tu tinha que distribuir efetivos nos mais variados pontos que o setor de inteligência detectava para ver onde é que a manifestação podia ir, mas como isso os próprios líderes do movimento tinham dificuldade de estabelecer, eles disputavam essa liderança por ocasião do momento da manifestação, então era muito difícil. (grifos nossos).*

Em geral bombas de gás lacrimogêneo foram prioritariamente utilizadas. Por um lado, essa arma produz efeitos de irritação química sobre o corpo e, por outro, provoca reações de temor quanto às consequências de aproximação com o aparato policial. Um segundo repertório recorrente, segundo os dados de Zero Hora, foi a realização de prisões de manifestantes (23 no dia 13 de junho, 38 no dia 17 e 83 no dia 24). Eventualmente,

teriam sido utilizados outros repertórios, como o uso de balas de borracha e de armas *taser*. O uso desses repertórios tende a gerar efeitos de desmobilização nos eventos de protesto.

Com a consolidação do ciclo de protestos, aos repertórios policiais focados no controle de multidões foram se agregando novas estratégias e formas de gestão que não se produzem necessariamente no momento do protesto, mas se dão institucionalmente no interior dos aparatos de Estado. Essas técnicas caracterizam-se por serem guiadas por uma lógica preventiva e não ostensiva de policiamento, e não necessariamente envolvem apenas agentes policiais. Tais estratégias podem envolver um conjunto de órgãos burocráticos que contribua com informações e recursos ao Estado no trabalho de gestão de processos de mobilização social, anterior e posteriormente aos atos de protesto. Dentre essas técnicas, foram utilizados o monitorando de potenciais “depredadores” e o rastreamento de diálogos e mensagens por meio de redes sociais. Além disso, em um evento de protesto foram entregues aos ativistas “folhetos informativos” sobre a segurança na manifestação. Embora tenham sido parcialmente incorporadas, as estratégias preventivas não substituíram os repertórios de dispersão, havendo uma simultaneidade no uso desses diferentes repertórios.

Esse conjunto de estratégias usadas em Porto Alegre seguiu algumas tendências adotadas pela polícia nas principais capitais do Brasil em 2013. No relatório “Protestos no Brasil 2013”, o Blog Artigo 19 (2014, p. 105) demonstra como o uso de armas menos letais e letais tornou-se rotineiro no ciclo de protestos e inclusive foi realizado de forma indiscriminada em algumas situações. Ademais, assim como em Porto Alegre, em outras cidades foram produzidas denúncias contra a não identificação de policiais militares durante os protestos (ARTIGO 19, 2014, p. 92). Práticas de coletas de informações sobre ativistas (vigilância por meio de câmeras; monitoramento de redes sociais) foram também identificadas em outras cidades (ARTIGO 19, 2014, p. 96-104). Quanto ao número de manifestantes presos, o levantamento do Artigo 19 (2014, p. 117) indica um total de 2.608 prisões no curso do ciclo de protestos. Embora o número de presos em Porto Alegre seja relevante (como é o caso das 84 prisões apenas no dia 24 de junho), em outras capitais, como São Paulo, o número de presos foi

mais significativo (na capital paulista 230 pessoas foram presas apenas em 13 de junho de 2013). Por outro lado, estratégias repressivas de mais alto grau de letalidade e identificadas em determinadas cidades, como o uso de arma de fogo, sequestro e ameaças e mesmo a morte de manifestantes (no total, 7 pessoas vieram a óbito no Brasil), não ocorreram em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, algumas estratégias mais tolerantes ao protesto (mesmo que adotadas pontualmente), como a entrega de folhetos informativos, representaram uma característica específica da capital gaúcha e não se tornaram um padrão em outras localidades do país.

A comparação entre os repertórios policiais de Porto Alegre e os repertórios mobilizados pelas polícias em âmbito nacional, assim, permite a identificação de que, a um só tempo, a polícia da capital gaúcha reproduziu tendências nacionais de repressão, mas apresentou algumas estratégias mais tolerantes em relação a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas das ações identificadas em Porto Alegre enquadram-se nas críticas realizadas pela ONU contra o uso abusivo das forças policiais nos protestos de 2013.¹² À época, relatores da ONU afirmaram a necessidade de garantia do direito de protesto, criticando a dispersão indiscriminada de manifestações e a não identificação de policiais. O Artigo 19 (2014, p. 92–143) demonstra como os repertórios policiais adotados no curso dos protestos de 2013 violam normativas internacionais.

Nacionalmente, as ações de dispersão, dadas suas consequências de desmobilização sobre os protestos, foram objeto de críticas e denúncias por parte de ativistas e instituições no curso do ciclo de manifestações. Órgãos como a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB receberam denúncias de abuso policial e se posicionaram publicamente contrários aos possíveis excessos da ação policial nos protestos. Concomitantemente, a “violência policial” foi adotada, nos eventos derradeiros de junho, como uma pauta das mobilizações, demonstrando disputas interpretativas em torno das interações entre ativistas e aparato policial.

A justificação para a utilização dos conjuntos de repertórios acima descritos consistiu, como apontado nas falas de representantes da BM e do

¹² Para saber mais, ver: ONUBR (2016).

ex-governador do estado, na diretriz de “garantir a segurança das pessoas poderem se manifestar democraticamente” (fala do Coronel Silanus, referente ao protesto do dia 13). O fundamento da atuação policial consistiria na necessidade de preservar vidas e permitir a ocorrência da manifestação. Assim, o modelo de policiamento teria como critério bens específicos a serem protegidos – vida e democracia. Por outro lado, as práticas preponderantemente adotadas (uso recorrente de bombas de gás lacrimogêneo e número relevante de manifestantes presos) explicitam uma tensão entre a garantia da vida e o direito à manifestação e a preservação de patrimônios materiais, desde estabelecimentos comerciais a contêineres de lixo (segundo o chefe do setor de Comunicação Social da BM à época, tenente-coronel Eviltom Pereira, a BM não iria “tolerar depredação” nos atos de protesto). Ou seja, trata-se de um conflito valorativo, pois ao mesmo tempo em que, em âmbito discursivo, defende-se a integridade dos manifestantes, a dimensão prática denota a prevalência da defesa do patrimônio. O relatório do Artigo 19 (2014, p. 137) explicita de forma crítica esse dilema:

[...] quando há dano ao patrimônio público, mesmo que os efeitos sejam irrisórios, perto daqueles que podem vir a ocorrer em caso de confronto, a polícia militar e as tropas de choque se utilizam de força desproporcional para garantir a preservação desse patrimônio. Ainda que o patrimônio público e privado deva ser preservado, não é legítimo e razoável que a polícia recorra à violência e ao emprego de armas de baixa letalidade, que ferem gravemente muitos manifestantes, podendo causar lesões irreversíveis e até a morte, para proteger muros e janelas de eventuais depredações que possam ocorrer.

A ocorrência de diferentes e concomitantes repertórios de gestão dos processos de mobilização social relaciona-se à existência de disputas acerca das orientações que guiam esses processos de gestão. Essa disputa envolve um conjunto de atores em interação no espaço público, mas se dá também internamente à instituição policial. Ou seja, os próprios órgãos policiais não são homogêneos, mas apresentam uma diversidade de concepções da ação policial. Essa disputa interna durante o ciclo de manifestações de junho de 2013 é explicitada na fala do Coronel Fábio:

“[...] era uma questão doutrinária da instituição e que houve. A relação, digamos assim, como nós estávamos mudando concepções, ou seja, a Brigada era uma instituição que ia lá pra agredir, pra resolver o problema, pra acabar com a bagunça, vamos dizer assim, e nós não tínhamos essa diretriz, ou seja... “não, o cara quer se manifestar? Ele tem o direito de se

manifestar. Ele não pode exceder aquele direito a prejudicar o outro e tal" [...]. E os próprios soldados também, porque diziam "não, agora não pode bater nas pessoas. Não pode mais atirar bala de borracha. Como é que nós vamos fazer?" Entendeu? Então tu rompe com um paradigma, que "isso... não. É isso mesmo. Não tem que bater nas pessoas. Nós temos que criar mecanismos técnicos para impedir que elas façam o que estão fazendo". Então isso, foi, digamos assim, um momento de tensão muito forte."

Segundo a entrevista com o coronel Fábio, a estratégia adotada pela BM nessas circunstâncias seria a busca pelo controle do acontecimento, com a coleta de informações que confeririam certa previsibilidade ao ato: a identificação, de modo preciso, das organizações que estariam à frente da manifestação e o conhecimento do trajeto e dos repertórios adotados ao longo do protesto. Porém, como foi verificado nas notícias de Zero Hora, o desenvolvimento de formas preventivas de intervenção em protestos (serviços de inteligência, rastreamento de informações) não foi consolidado em 2013.

A disputa revela uma diversidade de repertórios e modelos possíveis de intervenção em grandes multidões, tendo o ciclo de protestos de 2013 sido um evento disparador da necessidade de discussões sobre essa temática no Brasil. Os diferentes modelos em disputa pautaram-se pelo critério do bem a ser protegido (integridade dos manifestantes/direito à manifestação e defesa do patrimônio), denotando-se um conflito valorativo interna e externamente às instituições policiais. Retomando-se as lacunas teórica e empírica apresentadas ao início do texto, reafirma-se a necessidade de estudos que levem em conta as disputas presentes nas instituições policiais quanto aos modelos de gestão de mobilizações sociais.

Referências

ALMEIDA, P. D. Opportunity organizations and threat-induced contention: protest waves in authoritarian settings. **American Journal of Sociology**, EUA, v. 109, n. 2, p. 345–400, 2003.

_____. **Waves of Protest**: popular struggle in El Salvador, (1925–2005). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49–86, 2009.

ARTIGO 19. **Protestos no Brasil 2013**. Brasil: creative commons, 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BIZ, O. RBS, A hegemonia no Sul. *In*: GUARESCHI, P.; BIZ, O. (Org.). **Diário Gaúcho**: que discurso, que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf, 2003.

BROMLEY, D. G.; SHUPE, A. D. Repression and the decline of social movements: the case of new religions. *In*: FREEMAN, J. (Ed.). **Social movements of the Sixties and Seventies**. New York: Longman, 1983.

DELLA PORTA, D. Research on social movements and political violence. **Qualitative Sociology**, EUA, v. 31, p. 221–230, 2008.

_____. Social movements and the state: thoughts on the policing of protest. *In*: MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Social movements, political violence, and the state**: a comparative analysis of Italy and Germany. New York: Cambridge University Press, 1995.

DELLA PORTA, D.; FILLIEULE, O. Policing social protest. *In*: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. [ed.]. **The Blackwell companion to social movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. Interactive diffusion: the coevolution of police and protest behavior with an application to transnational contention. **Comparative Political Studies**, EUA, v. 45, n. 1, p. 119–152, 2014.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Revista Novos Estudos**, ed. 97. São Paulo, nov. 2013.

EARL, J. Political repression: Iron fists, velvet gloves and diffuse control. **Annual Review of Sociology**, EUA, v. 37, p. 261–284, 2011.

_____. Tanks, tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. **Sociological Theory**, EUA, v. 21, n. 1, p. 44–68, 2003.

EARL, J.; SOULE, S. Seeing Blue: a police-centered explanation of protest policing. **Mobilization**, EUA, v. 11, n. 2, p. 145–164, 2006.

FERNANDES, E. G. **Campos de batalha jornalística**: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. 2016. 300 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GAMSON, W. A. **The strategy of social protest**. Homewood: Dorsey Press, [1975], 1990.

HILL, S.; ROTCHILD, D. The impact of regime on the diffusion of political conflict. *In*: MIDLARSKY, M. (Org.). **The internationalization of communal strife**. Londres: Routledge, 1992.

JENKINS, J. C.; SCHOCK, K. Political process, international dependence, and mass political conflict: a global analysis of protest and rebellion, 1973–1978. **International Journal of Sociology**, EUA, v. 33, n. 4, p. 41–63, 2004.

KARSTEDT-HENKE, S. Theories to the explanation of terrorist movements. *In*: BLANKERNBERG, E. (Ed.). **The politics of internal security**. Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MCADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency, (1930-1970)**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MCADAM, D.; MCCARTHY; ZALD, M. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ONDETTI, G. Repression, opportunity, and protest: explaining the takeoff of Brazil's landless movement. **Latin American Politics and Society**, EUA, v. 48, n. 2, p. 61–94, 2006.

ONUBR. ONU divulga relatório sobre direitos dos manifestantes contra abusos policiais. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-divulga-relatorio-sobre-direitos-dos-manifestantes-contra-abusos-policiais/> ONUBR>. 15 mar. 2016. Acesso em: 20 set. 2018.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista da USP**, São Paulo, v. 9, mar./ abr./maio 1991.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, maio 1997.

PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. **Poor people's movements: why they succeed, how they fail**. New York: Vintage Books, 1977.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SANTOS, J. V. Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SANTOS, J. V. Tavares dos.; TEIXEIRA, A. N. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SECCO, L. As jornadas de junho. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SILVA, M. K.. #vempruarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014

_____. De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, p. 2–9, 2010.

STOCKDILL, B. C. **Multiple oppressions and their influence on collective action: the case of the AIDS movement**. Ph.D. 1996. Dissertation (Department of Sociology) – Northwestern University, Evanston, 1996.

TARROW, S. **Democracy and disorder: protest and politics in Italy, (1965-1975)**. Oxford: Claredon Press, 1989.

_____. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

UN NEWS. **UN experts suggest ways to avoid human rights violations during public protests**. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2016/03/523922-un-experts-suggest-ways-avoid-human-rights-violations-during-public-protests#.VucwpHUrJgR>>. 9 mar. 2016. Acesso em: 20 set. 2018.

WHITE, R. W. From peaceful protest to guerilla war: micromobilization of the provisional Irish republican army. **American Journal of Sociology**. EUA, v. 94, n. 6, p. 1277-1302, 1989.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Protest policing in Brazil: repertoires and models of policing during the cycle of protests of June 2013 in the city of Porto Alegre

Abstract

The work presents as theme the policing of protests in Brazil. Specifically, we question: What are the repertoires used by the police during the 2013 protest cycle? What model(s) of policing were put into action? The need for the study is justified by the absence of a consolidated field of studies in the country on protest policing; on the other hand, there are international studies dealing with this subject. Methodologically, we analyzed the case of protest policing in Porto Alegre during the cycle of protests of 2013. We analyzed news from Zero Hora and interviews with police officers. We identified the diversity of policing repertoires and the coexistence of two main policing models, which are guided by different criteria of value to be protected in the protest: one based on the defense of physical integrity of protesters and a second one based on the defense of patrimony.

Keywords: Policing. Repertoires. 2013 Protest Cycle.

Recebido em 21/09/2017

Aceito em 21/08/2018